

Vejam bem, se pegamos, por exemplo, a questão do patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro totalmente a esmo, totalmente num processo de deterioração com a eliminação daquilo que é patrimônio, coisa que deveria ser considerada com muito zelo, com muito carinho pelos governantes. Então, realmente, isso aí é quase que não visto, não há um olhar sequer para ressaltar através de uma ação concreta de Governo com investimento a questão da cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, por exemplo, ela está com R\$ 76 milhões a mais na LOA de 2022 do que o valor realizado em 2018, que já foi um ano atípico também para a área. O que nós vamos fazer é exatamente como órgão fiscalizador acompanhar de perto e ver se esse valor dotado, de fato, vai ser realizado, porque a experiência que temos tido é que ao fazer a elaboração e a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária e de repente nos deparamos com um valor que, às vezes, é pouco, mas pelo menos dentro das dificuldades existentes aí pode até ser que dê para levar, mas só que quando chega no final do ano aquilo que foi previsto quase nada, às vezes, é realizado, ou seja, coisa para inglês ver. Não é assim que se deve trabalhar, por exemplo, o planejamento e o desenvolvimento para o Estado, principalmente, como o Estado do Rio de Janeiro.

Nós temos a questão da Educação, que é fundamental. Educação, pedagogicamente, é através dela que se faz a formação da sociedade futura. A sociedade futura do Estado do Rio de Janeiro depende de um olhar diferente do Governo atual em relação a investimentos que devam ser aportados os recursos que deverão ser alocados na política pública da Educação, porque sem Educação jamais vai se chegar a lugar algum - Educação e Cultura - aqui, também agrego a questão da Ciência e Tecnologia, que não têm tido o olhar que deveria pela importância que representam essas políticas da Cultura, Educação e Ciência e Tecnologia. São praticamente pilares de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro que, se não estiverem bastante fortalecidos, a flexibilização disso daí pode fazer o edifício do desenvolvimento ruir e levar tudo abaixo.

A questão dos servidores como foi tratada? Aprovamos aqui a reposição salarial e queremos que isso de fato aconteça, porque na reposição salarial é que se começa a encarar de frente a superação das dificuldades daqueles que prestam serviços de atendimento ao público quanto às necessidades básicas da população.

Eu gostaria de falar sobre a questão das renúncias fiscais, e aí observamos que, quando se trata de políticas de caráter social, o tratamento é de uma forma; mas, quando se trata de políticas de caráter econômico, a coisa é totalmente diferente. Haja vista, por exemplo, que mais uma vez, no mesmo patamar, as renúncias fiscais estão definidas: nove bilhões para 2022. Valores que deixam de entrar nas receitas públicas e cujas contrapartidas nunca foram realmente demonstradas, enquanto a previsão de realização da renúncia é sempre certa.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, Deputado.

O SR. ELIOMAR COELHO - Devemos encarar isto de modo a exigir que comecemos a trabalhar de forma diferente a feita da peça orçamentária, assim como do Plano Plurianual, aquilo que já é feito para quatro anos. Em quatro anos, tendo as diretrizes bem definidas, pelo menos, a construção anual das leis orçamentárias será mais bem conduzidas, e a colocação em prática define o rumo que o Governo quer dar para as políticas públicas servirem de base fundamental para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro.

Eram estas as considerações que eu gostaria de fazer a respeito do tema que ora está sendo tratado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O próximo orador inscrito é a Deputada Dani Monteiro.

A SRA. DANI MONTEIRO - Boa tarde a todos e todas, aos Deputados e Deputadas e àqueles que nos acompanham pela TV Alerj!

Estamos em discussão e votação do Plano Plurianual e da LOA, e acho que este debate é, obviamente, sempre importante, mas este ano tem um demarcador especial, que é o fato de ser o primeiro PPA e LOA após o teto de gastos no Estado.

A reflexão que quero trazer para a discussão do Orçamento é com quem e onde o Governo vai gastar seu dinheiro. Qual é a prioridade orçamentária do Estado? Quem se debruça no estudo da peça do PPA e da LOA percebe que há uma inversão de prioridades. Eu quero trazer aqui justamente outro olhar para a peça do Orçamento.

Quando votávamos o pacote de maldades, eu trouxe aqui um debate e uma reflexão, a de que a economia é feita de gente. Uma economia fortalecida é aquela que tem renda na mão do trabalhador, uma economia fortalecida é a advinda de um Estado que garante direitos. Então, a discrepância entre garantia de direitos de um Orçamento de fato colocado para todos e todas é o grande desafio que, ano a ano, discutimos aqui na Alerj. Eu parto da premissa de que o Estado precisa garantir a redistribuição de renda e o bem-estar social e de que o equilíbrio fiscal não é prioritário frente à garantia do bem-estar social e dos direitos.

Criou-se o mito, por parte de alguns ditos especialistas no nosso País, de que a economia e o social estão subalternizados ao equilíbrio fiscal, ou seja, primeiro se equilibra as contas e depois a renda vai vir, depois os direitos vão vir. Não virão, não virão. Não é uma vitória comemorar neste púlpito que, pela primeira vez em muitos anos, o Orçamento traz um equilíbrio entre a receita líquida e a despesa fixa. Nesse equilíbrio, por exemplo, não consta o reajuste aos servidores votado nesta Casa. Não consta, nessa receita líquida equilibrada com despesas fixas, a garantia do auxílio emergencial, Deputado Eliomar, para os trabalhadores do nosso Estado.

Eu quero fazer um convite, como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos: que se tenha outro olhar para a peça orçamentária. A necessária redistribuição de renda e a garantia do bem-estar social devem vir da garantia de direitos constando no Orçamento. Do contrário, seguiremos atendendo a casos de vulnerabilidade social, porque a realidade é que estamos num Estado onde há mais trabalhadores informais do que formais.

Segundo o Dieese, a cesta básica do Estado do Rio de Janeiro é uma das mais caras do País, a passagem daqui é uma das mais caras do País. Então, esse desequilíbrio, o aumento extremo da desigualdade social no nosso Estado tem levado boa parte da nossa população à miserabilidade e à fome. As pessoas nunca deixaram de passar fome, mas aumentaram as pessoas que procuram alimento no lixo, que procuram alimento no final de feira, nos restos da xepa. Aumentaram as pessoas em busca de caminhões de lixo, atrás de carcaças, de restos de alimentos.

De fato, ao pensar sobre o Orçamento, ao pensar sobre a conjuntura do nosso Estado, temos que desmistificar a ideia de que são aceitáveis gastos com investimentos e há um mau gasto de pessoal. É o servidor público que garante o direito na ponta para a nossa população. Um servidor público valorizado no seu ofício e na sua garantia de renda presta um serviço melhor. Quero que me apontem aqui em que momento precarizar o direito do servidor trouxe mais garantia de direitos à população. Na saúde pública, por exemplo, que já não é pública há muitos anos, com a troca dos antigos postos de saúde por clínicas da família, diminuiu-se e cerceou-se o atendimento. Diminuiu o número de cirurgias especializadas que o SUS é capaz de promover.

A privatização do Orçamento da saúde, o enxugamento dos hospitais públicos, que dizem que gastavam demais, não trouxe nenhuma melhoria, muito pelo contrário. A Deputada Martha Rocha, Presidenta da Comissão de Saúde, certamente sabe bem: ao votarmos aqui o pacote de maldades, não víamos servidores públicos da área da saúde. Não existiam esses servidores porque hoje tudo é via OS.

Quando a privatização do serviço de saúde funcionou para a garantia de direitos sociais?

Só tornou a saúde do nosso Estado mais cara. Eu queria aqui inclusive trazer uma fala que eu ouvi hoje do Doutor Fábio Neira, da coligação de policiais civis em que ele diz que

o custo do cuidado é menor que o custo do conserto. Então, investir no cuidado do saneamento básico faz com que se gaste menos recursos da Saúde lá na frente. Investir na prevenção à violência que é através do fomento dos territórios e da garantia dos direitos, gasta-se menos com o orçamento da letalidade e do controle da população. Então, quanto mais investimentos prévios no cuidado, diminui-se o custo final desse direito garantido.

Então, eu quero aqui refletir qual é efetivamente o papel do Estado, aquele que gera o interesse da elite econômica do nosso Estado ou aquele que garante direitos para a população. Porque como dizia Darcy Ribeiro, o sucateamento, a crise da Educação não é uma crise, é um projeto. Então, há no nosso País um projeto histórico de um País herdeiro da colonização e escravização dos povos fazendo necessário cercar, controlar a nossa população, porque a verdade é que a elite econômica brasileira tem medo do povo, um povo bem nutrido, um jovem na escola, uma comunidade segura é um risco para a elite econômica. É um risco porque vivemos num País extremamente desequilibrado, onde poucos têm muito e muitos têm nada. Porque somos o País que hoje voltou para o mapa da fome enquanto aumentamos em quase 100% o número de bilionários. Antes da pandemia havia 12 milionários no Brasil; após a pandemia há 20. Então, como? Que crise é essa? Crise para quem? Quem está pagando por essa crise? Certamente são os trabalhadores que estão vendo a insegurança alimentar adentrar em seus lares e não aqueles que ficaram mais ricos explorando a miserabilidade do povo.

Então, pergunto aqui aos meus pares, qual é o papel que o Estado pode e deve desempenhar no Orçamento? E é preciso inverter essa lógica, é preciso olhar para a peça orçamentária não como uma peça meramente técnica. Não é. A peça não é técnica, ela é técnica e política. Como dizia Weber, a neutralidade científica não existe, ela é morta. Então, a neutralidade da política ela não existe. Essa peça orçamentária ela serve a alguém e esse alguém não são os 18 milhões de trabalhadores e jovens no nosso Estado. É preciso inverter essa lógica e é preciso ter um olhar de participação. Será mesmo que só aqueles técnicos economistas ou renomados legisladores são os que podem falar sobre o Orçamento? Será que as mulheres que chefiam os lares, que são maioria dos lares chefiados no Brasil, porque sim, a verdadeira família brasileira como diria Mano Brown é composta de dois, é a mãe e o filho contra o mundo, essa mesma família ela tem plena capacidade de debater o orçamento do Estado, porque são eles os usuários dos serviços públicos. É essa mãe solo que faz um orçamento render o mês inteiro, um curto orçamento render o mês inteiro e alimentar todos os seus filhos.

Então, como olhar para essa mãe de família, para essa mãe solo e dizer que ela não tem nada a contribuir com o debate orçamentário do Estado. Como podemos olhar...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Conclua, por favor, Deputada.

A SRA. DANI MONTEIRO - Concluindo, Sr. Presidente, como podemos olhar no processo anterior da LDO que votamos aqui nesta Casa uma peça orçamentária que não garanta políticas direcionadas com objetivos coletivos? Porque sim, quando investimos na base da sociedade estamos investindo na sociedade inteira.

Afinal, nós sentimos. Quando falta a renda, quando falta alimento nas favelas e periferias, necessariamente elas irão sair de lá. E nós sentimos o peso muitas vezes na violência urbana.

Choca muito, concluindo, Sr. Presidente, que tenhamos começado a votar a LDO aqui e a peça apresentada pelo Executivo trazia apenas uma vez a menção à palavra "negro", que era a ação de conservação do Formigueiro-cabeça-negra. Então, obviamente trabalhamos na LDO e, de lá para cá, colocamos outras ações, mas eu queria desenvolvê-las na LOA. Eu queria que as cinco ações descritas na LOA para a população negra tivessem orçamento, porque, por exemplo, hoje, a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social tem apenas um orçamento de 1,38% de toda essa enorme fatia do orçamento. Então, como um orçamento de 85 bilhões compreende apenas 520 mil para o que é a maior parte da população? É óbvio que as pessoas negras estão inseridas em outros programas totalizantes da peça orçamentária, mas precisamos sim de políticas direcionadas. Quando falamos da saúde e atenção da população negra tem a ver com doenças e acometimentos que dão diretamente nessa população pelo seu histórico.

Histórico de hipertensão é grande na população brasileira, porque ao atravessar nos navios negreiros essas pessoas passaram dias e dias, semanas, tomando água com sal do mar, e isso está na nossa genética até hoje: anemia falciforme, diabetes, inúmeras doenças de distúrbios alimentares. Distúrbios alimentares vêm majoritariamente da insegurança alimentar, da ausência de garantia de uma alimentação digna. Então, olhar para o orçamento e ver que de 85 bilhões apenas 520 mil estão destinados à população negra é para nós um escárnio. Esperamos que nesta Casa consigamos debater e realmente modificar o orçamento em um mais participativo.

Então, não apenas o nosso mandato, mas a bancada do PSOL, está emendando a peça orçamentária neste sentido, para que tenhamos um orçamento mais diverso e mais participativo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado. A próxima oradora inscrita é a Deputada Lucinha.

A SRA. LUCINHA (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subi aqui para discutir a Lei Orçamentária, a Lei 4951/2021, que estima receita e fixa despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2022. Mas eu queria fazer aqui, primeiro, um breve comentário, que chega a ser matemático, porque eu acho que é importante para o nosso líder do Governo entender. 87 bilhões de reais é a nossa receita. Ai, nós temos com despesa da máquina de pessoal o valor de 51 bilhões de reais, sobram 36 bilhões, certo? 87, tira 51 que é da máquina, sobram quanto? 36%. Se o Governo pode remanejar até 20%, o que vai sobrar? Vão sobrar 36 bilhões. Desse 36 bilhões, se tem despesa corrente mais investimento. Então, na verdade, quando a Assembleia Legislativa votar essa lei orçamentária, nós estamos dando oportunidade ao Governador de um cheque em branco, porque ele vai poder, com 20% de remanejamento, remanejar os valores estimados em 17,4 bilhões. O que sobrou então para poder de investimento? Pensamos no Estado do Rio de Janeiro mais robusto, que venha gerar emprego e renda, que venha realmente fazer a distribuição de renda, principalmente para os mais pobres.

E aí nós temos ainda outro dado que o Deputado Luiz Paulo esqueceu de levantar na conversa comigo. Tem aí, Deputado Luiz Paulo, nove bilhões de benefícios fiscais. Deputado Márcio Pacheco, nove bilhões de incentivos fiscais. É muito. O que esses incentivos fiscais trazem de retorno para o Estado do Rio de Janeiro? Para a população fluminense que mora no nosso Estado? Digam-me: o que trazem esses benefícios fiscais? Nada.

Eu me lembro de quando o Deputado Luiz Paulo lutou nesta Casa para incluir na cesta básica o protetor solar. Foi uma luta infinita do Deputado Luiz Paulo, conseguiu. Reduziu lá na ponta o incentivo fiscal? Nada. Então, todas as vezes em que o Governo dá incentivos fiscais, que na verdade são benefícios fiscais, para o setor empresarial, nada retorna para a população que paga imposto. Por cada quilo de arroz, por cada quilo de feijão que se compra, por cada luz que se acende paga-se imposto. O imposto que a população paga não traz qualquer dividendo positivo para ela.

Estamos votando a Lei Orçamentária aqui baseados em quê? Queria entender, nobres colegas: baseados em quê? A matemática é clara: se 87 bilhões são de receita e 51 bilhões são de despesas, sobram 36 bilhões para despesa corrente e infraestrutura. Vão sobrar quanto? Sobram 17,4. Pergunto ao nobre Deputado Waldeck, que é meu amigo: o que sobrou para a população? Nada, mas esta Casa está sempre votando incentivo fiscal, que não gera um emprego.

Eu quero que me comprovem, dos projetos que foram votados na Casa, quais foram os incentivos fiscais, os benefícios fiscais que trouxeram emprego para determinados segmentos da sociedade, para determinadas regiões do nosso Estado, sejam na Baixada, sejam na Zona Oeste, sejam no interior. Digam-me qual foi o benefício. Nenhum!

Votar essa matéria aqui, hoje, é como dar um cheque em branco ao Executivo. Eu não vou dar cheque em branco ao Executivo, não. Vou conversar com o Deputado Luiz Paulo, que é meu professor, com alguns companheiros aqui da Casa. Não podemos votar essa matéria, Deputado Luiz Paulo, da forma que o Governo quer, até porque nós sabemos que, em ano de eleição, os investimentos só vão para determinados segmentos, dependendo de se fazem parte da base do Governo ou não.

Eu não sou base do Governo, não sou oposição ao Governo. Eu sou a favor da população do nosso Estado, da população fluminense, que paga imposto e que precisa ter as garantias de que esses recursos terão proveito para o cidadão. Não vejo aqui nenhuma proposta do Governo relacionada a infraestrutura. Dragagem de rios? Não vejo. Ampliação das principais vias do nosso Estado? Também não vejo. Eu vejo, sim, aquela obra do Arco Metropolitano, que não tem iluminação nenhuma, está tudo apagado, tudo às escuras. A população corre risco ali o tempo todo e também foi feita com investimento.

Neste momento de tanta penúria, com nove bilhões de benefícios fiscais, eu vou acompanhar, em conjunto com alguns Deputados da Casa, o seu desembolso. Quero saber para onde eles estão indo, que retorno está chegando à ponta, para a população. Muitas vezes não chega nada, mas, com os discursos que fazem aqui, parece que é uma cortina de fumaça, parece que está tudo bem. Vamos fazer a matemática exata aqui. Quanto sobra? Não sobra praticamente nada, 20% vão ser remanejados e o Governo vai fazer o que quer.

Não estou preocupada com o Governo a, b ou c, estou preocupada com a população fluminense. Por isso subi à tribuna, até para poder falar também, Deputado Luiz Paulo, da Uejo. Por que o Governador não está preocupado com a Universidade da Zona Oeste, a Uejo? Por quê? Porque não tem interesse. Poderia muito bem, Deputado Eliomar, comprar o prédio da Moacyr Bastos para a Uejo ter um campus, mas é mais fácil fazer demagogia, é mais simples. Sufocou os funcionários, sufocou os professores, não deram nada a eles e, agora, estão apresentando um prato pronto, como se fosse estrogonofe com uma sobremesa maravilhosa - na verdade, não significa nada.

Nós, que moramos na Zona Oeste, não aceitamos que se acabe com a Universidade da Zona Oeste. Somos mais de um milhão de habitantes na Zona Oeste, 1/3 da Cidade do Rio de Janeiro. Nós não vamos admitir isso. Enquanto o Governo não investe no campus da Uejo, é capaz de dar incentivos fiscais das mais variadas vertentes aqui na Casa. Vamos lutar até o fim.

Mais uma vez, lembro a todos os Deputados da Casa que não estamos votando nada em benefício do povo, não. Nós estamos votando uma Lei Orçamentária que vai beneficiar poucos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A próxima oradora inscrita é a Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO (Para discutir a matéria) - Boa tarde a todos e todas, Srs. Deputados e Deputadas, boa tarde a quem nos assiste pela TV Alerj, com a capacidade que nós, mulheres, temos de fazer várias coisas e ouvir as discussões, acabei de ouvir a Deputada Lucinha muito enfática na sua fala aqui, sempre muito direta e muito objetiva e é isso: o nosso povo precisa também entender o que está acontecendo aqui na Casa e tanto a Deputada Dani como a Deputada Lucinha se colocaram muito diretamente, porque entendem a necessidade da vida real das pessoas. É quem está na ponta, quem pega o trem, quem está com fome. E o orçamento precisa garantir condições de vida para as pessoas.

Vimos fazendo a despeito da discussão da LOA e do PPA oficialmente na Casa uma discussão ampliada com diversos setores em sociedade recuperando um tema importante, que é o orçamento participativo, que é a dinâmica de discutir com a sociedade aquilo que vai incidir na sua vida. Inclusive, nós lançamos uma cartilha muito didática, muito direta, muito simples, dizendo que principalmente o orçamento é coisa de mulher. Porque as mulheres acabam sendo mais impactadas pela dinâmica da execução do orçamento público e consequentemente da gestão desse orçamento, da governança, de modo geral, em relação ao Estado.

Então, as mulheres nesse período pandêmico, principalmente as mulheres negras foram e são e estão ainda extremamente afetadas pela ausência de políticas efetivas em todos os campos, seja na infraestrutura, seja no campo social. Aqui nas falas apareceu muito este tema, e é impossível pensar o orçamento de Estado sem racializar ou sem interseccionalizar o debate. Ou seja, trazer marcadores de gênero, de raça e de classe para o debate do orçamento da LOA e do Plano Plurianual. Então, é muito importante. Assim como essa cartilha, "orçamento é coisa de mulher", mas que também aqui aparece uma diversidade, lembrando que é preciso efetivar as políticas de inclusão das pessoas com deficiência, garantir programas de acesso à empregabilidade.

E hoje, um dia especial, já foi mencionado aqui pela Deputada Renata, Deputado Waldeck, o próprio Presidente mencionando ao iniciar a Sessão, a reunião que tivemos com lideranças de favelas capitaneadas pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, traz para nós uma importância muito grande, que é o setor mais vulnerabilizado do Estado discutindo as suas condições de vida e a sua situação em relação à política pública no Estado.

Então, foi um dia muito simbólico. Dia 4 de novembro, Dia Nacional das Favelas, uma reunião importante com essas lideranças na Assembleia Legislativa nesse segundo dia de discussão do orçamento, discutindo a importância de que o orçamento do Estado garanta para esses espaços extremamente vulnerabilizados e criminalizados a possibilidade de subsistência com políticas sociais, com políticas de empregabilidade. E esta Casa tem contribuído muito com Projetos neste sentido.

E nós não podemos deixar de falar nesse Dia Nacional das Favelas, eu que venho do Borel, sou cria do Borel, favela que faz 100 anos neste ano de 2021. A ocupação do Borel ali na Tijuca começa em 21. É uma favela muito atrelada à discussão do direito dos trabalhadores. A União dos Trabalhadores Favelados nasce e dá origem a Fafeg, Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara e que hoje é a Fafej, que esteve aqui nessa reunião discutindo o orçamento. Então, não podia deixar de ser um dia cheio, não deixando de falar de um dos grandes símbolos da luta e da resistência no Brasil, Carlos Marighella.

A maior parte do orçamento do Estado está apontado para a Segurança Pública, cerca de 12 bilhões. E eu quero chamar a atenção, porque hoje pela manhã também, neste dia cheio, nesta quinta-feira gorda, cheia, nós tivemos uma audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, com a Comissão de Saúde, presididas por mim, Comissão do Trabalho, Deputada Dani Monteiro e Deputada Martha Rocha, para discutir as condições de trabalho e a situação da saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Veja, nós temos uma projeção de orçamento de 12 bilhões. Então, é preciso garantirmos condições de trabalho e de subsistência para os trabalhadores da Segurança Pública.

A título de exemplo, nós sabemos muito bem que as Unidades de Polícia Pacificadora não tinham nenhuma condição. E hoje acredito que as que resistem também não têm a mínima condição de trabalho. As condições são extremamente difíceis, extremamente precárias.

Por exemplo, nessa projeção de orçamento de 12 bilhões para a Segurança Pública o que nos chama muito a atenção, olhando para o orçamento proposto para a Assistência Social, caberiam 43 orçamentos. A projeção...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Peço para concluir, por favor, Deputada.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Já concluindo. Nem comecei, mas tudo bem.